

HISTÓRIA, MEMÓRIA E FONTES ORAIS: ALGUNS DIÁLOGOS

Erinaldo Cavalcanti

(Mestre em História pela UFPE e aluno – especial – do doutorado
da Pós-graduação em História daquela instituição)

É cada vez maior o número de pesquisas que utilizam as fontes orais, enquanto relatos de memórias, como importante ingrediente do corpo documental. Em minhas pesquisas, a utilização dessas fontes, é fundamental, para entender a maquinaria do funcionamento do medo. No entanto, é preciso destinar às fontes orais o mesmo rigor analítico necessário a qualquer documento. Nesta dimensão, a crítica aos relatos orais, é indispensável, na medida em que se faz necessário uma análise precisa acerca do espaço social de produção do documento; ou seja, do relato oral. É preciso entender as relações de poder que possibilitaram a construção de determinados relatos de memórias. Por meio dessa metodologia de trabalho será possível compreender como determinadas pessoas internalizaram o medo acerca do comunismo. Que atos e atitudes resultaram – dentre as possibilidades históricas – dos mecanismos de ações e reações que o medo promove.

História e Memória

É cada vez maior o número de debates e trabalhos que versam acerca da importância da memória no campo da historiografia. Os mais céticos acreditam que entre ambas não há enlace algum. Pelo contrário. O que existe entre elas, nesta concepção, é na verdade, uma relação de antinomia absoluta. Tal aproximação tornar-se-ia impossível na medida em que em tudo elas se excluem.

Em contrapartida há aqueles que vêem entre a história e a memória uma profícua relação gestora de conhecimentos. Certamente há aproximações e distanciamentos entre elas; há diferenças e semelhanças. No entanto ambas se constituem como diferentes

formas de ver, dizer e representar o mundo. Mantêm diferentes contatos e aproximações com aquilo que considera a realidade.

Para além de aproximações e distanciamentos que existem entre história e memória, a narrativa é um fio condutor que ambas abraçam. A memória se torna objeto de análise quando se constitui em narrativa. Nessa dimensão, enquanto composição narrativa, a história e a memória estão de mãos dadas; abraçadas. Para Paul Ricoeur, a história é essencialmente narrativa na medida em que o modo explicativo e a análise historiográfica se constituem na narrativa do texto. Por conseguinte, a narrativa é constituidora da trama; do texto. Assim, quanto mais se explica mais se depende da estrutura narrativa, pois esta é constituidora daquela. Em outras palavras a narrativa é constituidora da explicação. Logo a discussão se a história é ou não narrativa, perde fôlego na mesma proporção que ganha visibilidade as análises em torno do estatuto narrativo da história.

Certamente não é de uma história narrativa meramente descritiva que estamos falando; não é de uma narrativa puramente descritiva que discorreremos. Mas do estatuto narrativo da história. Do conjunto de normas que garante a inteligibilidade de um bom texto fazendo com que ele seja reconhecido como tal entre os pares. Falamos de narrativa enquanto um conjunto de estratégias que selecionamos para expor os acontecimentos, as explicações, os problemas, em outras palavras, a trama histórica que desejamos representá-la na forma de texto escrito, pois acreditamos que o ato de narrar configura as experiências sociais. Para tanto precisamos nos apropriarmos de um cabedal de procedimentos que regem a operação historiográfica.

Nesta perspectiva os objetos que pesquisamos tornam-se acontecimentos quando é tecido na urdidura de uma narrativa na medida em que não temos acesso aos acontecimentos se não por meio do que foi escrito acerca deles. Isso nos possibilita a entender que o documento não é o acontecimento. Quando levamos em consideração os processos seletivos e as estratégias adotadas sobre o que se deve ou não ser escrito, guardado, registrado ou publicado acerca de um determinado acontecimento, podemos estabelecer uma separação fundamental para a análise historiográfica; a narrativa do acontecimento e o próprio acontecimento. Ou seja, o documento não é o acontecimento.

Os documentos oferecem ao historiador uma narrativa do acontecimento – e não o acontecimento em si – que foi elaborada numa complexa relação de forças dentro de um espaço social específico, que permite o que se deve ou não ser narrado de um fato e como narrá-lo. As regras sociais do espaço no qual está inserido o autor de qualquer documento – e neste momento penso a memória enquanto um objeto e/ou documento de análise – funcionam como uma espécie de lentes que direcionam, aumentam ou diminuem a percepção acerca do acontecimento narrado; moldam em última instância, como e o que narrar do acontecimento. É nesta dimensão que o narrar é constituinte do acontecimento.

Para o historiador francês Jacques Le Goff, a relação entre a história e a memória é bem mais próxima do que alguns pensam, pois ele não vê diferenças excludentes entre elas. Para Le Goff o conceito de memória é crucial para seguirmos qualquer percurso fazendo dela objeto de análise. A memória é, por assim dizer, para ele um conjunto complexo de lembranças e esquecimentos que se entrecruzam, se opõem se completam e se compõem.

A memória constitui-se num entrecruzamento de temporalidades múltiplas e de espaços diversos; espaços escritos, falados, contados, revisitados, rememorados e vivenciados. Ela se constitui enquanto uma permanente construção congregando o individual e o coletivo, bem como, apagamentos e seletividades. A memória é um campo minado, regado por tensão e conflito que não permitem a repetição nos atos de rememoração, pois ela é elaboração permanente; reconstrução constante.

A história e a memória agrupam marcas das experiências temporais e dos espaços onde são gestadas. Ambas são diferentes formas de esclarecer e edificar o presente, arquitetar e representar o passado e imaginar e projetar o futuro. Tentam responder, cada uma a sua maneira, as inquietações de seu tempo, que estão ligadas aos embates sociais que mobilizam os homens de uma época.

Tanto a história quanto a memória, mesmo com suas especificidades que as unem e as distinguem, permitem o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, nos permitem entender a maneira pela qual certos grupos sociais concebiam o mundo a sua

volta os valores que almejavam e os passos que seguiam, identificando seus medos, desejos, preconceitos e sonhos.

A estrutura narrativa é um elo que permeia cada uma construindo-se um ponto comum entre elas. Como disse Paul Ricouer, história é narrativa, pois a narrativa é produtora do acontecimento e do conhecimento. Entretanto, a memória também o é, mesmo com suas especificidades, distanciamentos e aproximações.

Mas como há aproximações também há distanciamentos. Para Maurice Halbwachs esses distanciamentos se explicitam, pois entre história e memória, ele identifica uma constante relação de antagonismo. Tal concepção é compartilhada pelo historiador francês Pierre Nora. Para este, a história tem por função se opor à memória, pois esta estatifica os significados, congelando os sentidos e cristalizando os acontecimentos. Nessa dimensão a história emerge como uma disciplina estratégica que anda num percurso contrário ao da memória desconstruindo os edifícios estáticos de significados cristalizados pela memória. A história estaria numa permanente rota de colisão com a memória.

Roger Chartier analisou num recente artigo intitulado *El pasado en el presente: Literatura, Memoria e Historia* a complexa relação que permeia a história e a memória. Defende não compartilha a idéia de antinomia entre história e memória, mas destaca algumas diferenças. A primeira diferença apontada por Chartier é a que distingue o testemunho do documento. Se o relato testemunhal é inseparável do depoente, e suas palavras lhes concede credibilidade, o outro permite o acesso ao conhecimento. Chartier ressalta que “a la estructura fiduciaria del testimonio, que implica la confianza, se opone la naturaleza indiciaria del documento, sometido a los criterio objetivos de la prueba”¹. Uma segunda diferença reside entre o imediatismo da memória e a construção explicativa da história, independente da escala de análise dos fenômenos históricos ou o modelo de inteligibilidade escolhido. Existe ainda “una tercera diferencia: entre el reconocimiento del pasado procurado por la memoria y su representación, o ‘representancia’ en el sentido de ‘tener el lugar de’, asegurada por el relato historico”².

A diferença de análise entre a escolha de modelos explicativos e a construção do relato histórico permite destacar as aproximações narrativas ou retóricas entre a ficção e

a história. Isso não significa, no entanto, disseminar a capacidade de conhecimento da história na estrutura narrativa que rege sua escrita. Insistindo nas operações específicas que fundamentam tanto os efeitos de verdade como a prática crítica da história,

“Ricouer rechaza todas las perspectivas que consideran que el régimen de verdad de la novela y el de la historia son idénticos. Así retoma la afirmación de Michel de Certeau en cuanto a la capacidad de la historia de producir enunciados ‘científicos’, si se entiende por eso ‘la posibilidad de establecer un conjunto de reglas que permitan controlar operaciones y proporcionadas para la producción de objetos determinados’³.”

São estas regras e operações que permitem construir a representação histórica do passado e estabelecer as especificidades entre a narrativa historiográfica e a literária.

Para Chartier cada fase da operação historiográfica se diferencia do proceder da memória. Mas as diferenças não excluem as aproximações, pois por um lado a história tem recentemente concedido o estatuto de objeto histórico à memória, “cuyos lugares de inscripción, formas de transmisión y usos ideológicos deben ser estudiados” e por outro lado a memória pode pretender “una relación más verdadera, más auténtica, con el pasado que con la historia”⁴.

Ricouer tem sugerido que não se trata de colocar a memória como antinômica da história, mas de reconhecer suas diferenças fundamentais e também de mostrar a relação que as unem. Antônio Montenegro também compartilha dessa concepção de Ricouer quando ressalta que “há de se considerar que memória e história, embora para Halbwachs e Nora sejam vistas como termos antinômicos, encontram-se para ambos imbricadas, pois é a própria forma de considerá-las que possibilita definir as vizinhanças e interseções⁵”. Para Chartier, com efeito, “es no testimonio de la memoria, en el recuerdo del testigo, que la historia encuentra la certidumbre en la existencia de un pasado que fue, que ya no es y que la operación historiografica pretende representar adecuadamente en el presente”. O entrecruzamento que permeia a cientificidade da operação historiográfica e a garantia ontológica do testemunho é para Ricouer fundamental. Nesta relação ele fundamenta “el rechazo de las posiciones escépticas y relativistas y descarta la negación del pasado por su absorción dentro de presente”⁶.

História e Fontes Oraís: que relação é essa?

É importante que os estudos que dialogam com os relatos de memória como documentos, os percebam, antes como objetos de estudos. É fundamental entender as relações de poder produtoras da memória. É indispensável compreender como os relatos de memórias se constituíram nas relações sociais. Estes são procedimentos que julgamos importantes e que devem ser adotados para analisar qualquer documento. É nesta perspectiva que utilizaremos relatos de memórias; fontes orais que são produzidas no desenvolvimento da pesquisa enquanto documentos. Os depoimentos das pessoas constatadas nos fornecem uma contribuição à medida que podemos confrontar acerca de um determinado acontecimento, um relato jornalístico, uma ocorrência policial e um depoimento de quem vivenciou o acontecido. Podendo assim o pesquisador confrontar essas informações adquirindo mais elementos para a construção de sua narrativa analítica.

Diante disso as narrativas dos depoentes constatados ajudam a compor o corpus documental. São relatos de memórias que descrevem, elaboram e ressignificam esse tempo/espaço analisados pela presente pesquisa. Narrativas nas quais emergem espaços de conflitos, onde discursos, estratégias políticas, práticas culturais se cruzam, se digladiam e se complementam surgindo daí uma nova configuração dessas temporalidades e territorialidades estudadas.

Os historiadores que utilizam fontes orais em sua construção historiográfica estabelecem relações, nem sempre presentes em outros trabalhos históricos. Entre memória e história, pois trabalhar com a oralidade, é trabalhar por intermédio da memória dos informantes; entre oralidade e escrita, pois os depoimentos orais são mediados por um conjunto de regras que os tornam documentos escritos após suas transcrições. Alguns estudiosos criticam a história, quando esta se utiliza de fontes orais, alegando ter este procedimento um caráter individual, por lidar com o depoimento do indivíduo. Mas o registro do individual, nunca é apenas individual, também o é do social, pois o indivíduo vive em sociedade mantendo constantes relações com o meio no qual está inserido. Concordamos com Jean-Jacques Becker quando afirma que “não é o caso de descartar a contribuição da *história oral*, (grifo meu) mas também não é caso de

pretender fazer história com base unicamente na história oral”⁷, (entenda-se fontes orais).

Fazer uma análise histórica de um determinado tempo/espaço recorrendo ao recurso da memória – entre outros – através de depoimentos orais, não é tarefa simples e fácil. As lembranças que temos hoje do passado, não são as mesmas de outrora, nem estão intactas, tal qual a experiência ocorreu, porque nossa leitura de mundo hoje, lapida de certa maneira, as lembranças do passado. Nessa perspectiva, Halbwachs nos fornece uma importante contribuição quando afirma que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente”⁸.

Estando a memória individual integrada à memória coletiva de um grupo, esta se desenvolve a partir das relações de convívio familiares, escolares, religiosos, profissionais; enfim, pela convivência social. É composta por lembranças impessoais, distribuídas no interior de uma sociedade grande ou pequena e que contribui para evocar e manter as lembranças que interessam ao grupo.

Como nos adverte Halbwachs, a memória sofre alterações pelos ideais presentes do grupo, uma vez que os sujeitos que lembram não são os mesmos de outrora, pois mudou o meio de convivência, que por sua vez, modela de certa forma, as lembranças que os sujeitos têm do passado. “Portanto se a memória grupal pode sofrer os preconceitos e tendências do grupo, sempre é possível um confronto e uma correção dos relatos individuais e a história salva-se de espalhar apenas os interesses e distorções de cada um”⁹.

Acredito que não basta ir ao *Jornal Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, ou qualquer outro jornal, e verificar ou perceber a existência do medo acerca do comunismo em virtude da grande quantidade de matérias publicadas estampando que o comunismo era uma grande ameaça destruidora. Da mesma maneira, não é suficiente ir aos arquivos da Secretaria de Segurança Pública, ou qualquer outro tipo de arquivo e diagnosticar a existência do medo sobre o comunismo. Se faz necessário, ir além da diagnose, e entender, antes de tudo, como o medo foi criado em Pernambuco e, principalmente, quais as funções que ele desempenhou. Em outras

palavras, quais as especificidades desse sentimento – o medo – no período e no espaço pesquisados. Ou seja, que valores e significados foram agregados em torno do medo nos anos iniciais da década de 1960. É crucial compreender que *tipo* de medo se sentiu, se vivenciou, se praticou em Pernambuco nesse momento. É imprescindível compreender as funções do medo nas particularidades dessa sociedade que gestou esse sentimento.

Em face destes desafios e das dificuldades que emana desta proposta, se torna fundamental estabelecermos alguns diálogos com outras áreas do conhecimento fazendo um deslocamento analítico e metodológico e percorrer outras trilhas além das historiográficas.

Não é fácil definir o medo, e as vezes também não o é perceber-lo na documentação, sendo este um sentimento – ou emoção, como prefere Fernando Nogueira – subjetivo, como já mencionamos. Não seria possível entender o medo abstraído-o do meio social em que nasce e se desenvolve. Conforme enfatiza Nogueira, sendo o homem o sujeito produtor do medo,

O seu percurso no mundo faz-se *individualmente* (grifo meu) num caminho partilhado por outros seres humanos, [o que torna o *individual*, coletivo também] mas enquanto caminha influencia os outros e por eles se deixa influenciar. É precisamente nesta condição de relação social que surge o medo: das estruturas de relações sociais, nas quais os indivíduos se encontram nos percursos da sua vida, emerge e desenvolve o medo social¹⁰.

As fontes orais foram vistas, por algum tempo, com certa desconfiança por alguns historiadores, sendo consideradas, para alguns, como imprópria para a pesquisa historiográfica. Por se tratar de um relato pessoal – individual – criticava-se as fontes orais alegando prevalecer neste tipo específico de fonte, um caráter de subjetividade. Entretanto, qualquer relato, escrito ou oral, por mais individual que seja, é construído numa rede de relações entre os indivíduos, o que torna o individual, coletivo.

O individual passou a ser visto como uma construção coletiva, dentro das condições históricas de tempo e espaço específicos. Nessa medida, os relatos de memórias constituídos nas fontes orais por meio das entrevistas, tinham que ser entendidos como possibilidades das relações de forças do espaço social onde foram gestados. Em outras palavras, é indispensável analisar, o lugar de produção das relações

de poder, onde foram fabricados os relatos orais, e desta maneira entende-os como produtos de uma coletividade.

Nesta perspectiva, a historiadora Regina Beatriz, analisando o uso das fontes orais na operação historiográfica defende que é necessário mergulhar “os relatos orais em seus múltiplos contextos [pensados na perspectiva da microhistória], armar as ligações necessárias com diferentes fontes, acontecimentos e práticas [...] a fim de dar-lhes inteligibilidade no texto”¹¹.

Notas

¹ Chartier, Roger. *El pasado en el presente: Literatura, memoria e Historia*. História, Antropología y Fuentes Orales. Universidad de Barcelona, Vol. 37, pág. 136, 2007.

² Ibidem, pág. 136.

³ Ibidem, pág. 137.

⁴ Ibidem, pág. 137.

⁵ Montenegro, Antonio Torres. *Ciência, História e Memória*. In Ertzogue, Marina & Parente, Temis Gomes (organizadoras). História e Sensibilidade. Brasília: Paralelo 15, 2006, pag. 115.

⁶ Chartier, Roger. *El pasado en el presente: Literatura, memoria e Historia*. História, Antropología y Fuentes Orales. Universidad de Barcelona, Vol. 37, 2007, pág. 138.

⁷ Becker, Jean-Jacques. *O handicap do a posteriore*. In Janaina Amado e Marieta de M. Ferreira. (coords) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pág. 30.

⁸ Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, págs. 75/76.

⁹ Bosi, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, pág. 420.

¹⁰ Dias, Fernando Nogueira. *O Medo Social*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007, pág. 14.

¹¹ Guimarães Neto, Regina Beatriz. *Cidades da Mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006, pág. 46.

Bibliografia

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (coords) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

-
- BECKER, Jean-Jacques. *O handicap do aposteriore*. In Janaina Amado e Marieta de M. Ferreira. (coords) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994
- CHARTIER, Roger. *El pasado en el presente: Literatura, memoria e Historia*. História, Antropología y Fuentes Orales. Universidad de Barcelona, Vol. 37, 2007.
- DIAS, Fernando Nogueira. *O Medo Social*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da Mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LEVI, Geovani. *Sobre micro-história*. In Peter Burke (org.) A escrita da História. São Paulo: UNESP, 1992.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *Produções do medo: algumas trilhas (1955 – 1964)*. In Antonio Torres Montenegro, et al, (organização e apresentação). História Cultura e Sentimento: outras histórias do Brasil. Co-edição – Recife: Ed. Universitária da UFPE e Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.
- _____, Antonio Torres. *Ciência, História e Memória*. In Ertzogue, Marina & Parente, Temis Gomes (organizadoras). História e Sensibilidade. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- _____, Antônio Torres. *Labirintos do Medo: o Comunismo (1950 – 1964)*. In CLIO: Revista de pesquisa histórica, n° 22, 2004. Apresentação Socorro Ferraz. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64*. In Ferreira, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RICOUER, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

_____, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva – FAPESP 2002.